

O TESOURO DO COIÇO (CONCELHO DE PENACOVA, DISTRITO DE COIMBRA)

José Ruivo *

Nos anos oitenta do século passado, quando trabalhadores rurais procediam à abertura de covas para o plantio de um eucaliptal no sítio do Cabeço da Mogueira, junto à povoação do Coiço (freguesia de Oliveira do Mondego, concelho de Penacova, distrito Coimbra), em terreno pertencente a António César Henrique (cfr. CMP 220, de 1947; coordenadas Gauss: M = 190,9; P = 370,4), puseram a descoberto um tesouro composto por, pelo menos, uma vintena de denários republicanos e um pequeno fragmento de *torques* em prata.

O Cabeço da Mogueira é um extenso esporão situada num meandro do Mondego, com uma orientação aproximada SW-NE (Fig. 1), a pouco mais de 500 metros para Nordeste da povoação do Coiço, com uma altitude máxima pouco superior aos 100 metros. Em deslocação recente ao local, verificámos que o mesmo é constituído por um solo xistoso extemamente pobre, surribado na quase totalidade para o plantio de eucaliptos¹. Aliás, a densa mancha vegetal que actualmente cobre o Cabeço da Mogueira é quase totalmente dominada por esta espécie, que alterna a espaços com acácias e alguns pinheiros. A prospecção realizada ao sítio revelou-se inconclusiva, uma vez que a espessa camada de folhas mortas depositada sobre o solo não permitiu uma observação tão pormenorizada quanto a desejada. De qualquer forma, as condições para a implantação humana no local parecem-nos muito pouco favoráveis, já que a longa linha de cumecada é estreitíssima, à

* Museu Monográfico de Conimbriga.

¹ Visita efectuada em 18 de Abril de 2002, na companhia de Virgílio Hipólito Correia, director do Museu Monográfico de Conimbriga e de António Nunes Monteiro, arqueólogo da Extensão de Viseu do IPA, a quem agradecemos a disponibilidade manifestada para o efeito.

excepção da pequena plataforma que, sobranceira à curva apertada que o Mondego efectua para NE, remata o esporão.

Partindo do princípio que a identificação do local do achado é correcta, não deixa de parecer estranha a motivação do proprietário do achado ao ocultá-lo em lugar aparentemente ermo. Considerando que boa parte dos tesouros contemporâneos do achado do Coiço até agora recensados para a região centro-portuguesa foram encontrados em locais relativamente próximos de povoados indígenas (Ruivo 1997 89), é plausível que num raio de alguns quilómetros existam vestígios de povoamento dos finais da II Idade do Ferro ou da época romana².

A primeira notícia sobre o achado que é objecto da presente nota chegou-nos através do trabalho realizado por um aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Fidalgo 1991 61-68, fotos 7-13), que faz um relato sumário das circunstâncias da descoberta acompanhado de fotografia geral de todo o conjunto e fotografias pormenorizadas dos exemplares RRC 200/1, 300/1 e 357/1b. Posteriormente, tivemos oportunidade de observar reproduções ampliadas das moedas que ficaram na posse do proprietário do terreno³, realizadas pela Dra. Ana Margarida Serra Ferreira, actual directora do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco) e à época conservadora do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), que gentilmente no-las cedeu para a realização do presente estudo⁴. Lamentavelmente não foi realizada qualquer imagem onde fosse visível com algum detalhe o pedaço de metal completamente torcido que acompanhava as moedas, o qual se veio a confirmar como fragmento de um *torques* (Ruivo 1997 91, n. 72)⁵. Não sabemos se, para além do fragmento de *torques*, estariam presentes outros objectos. São, contudo, vários os depósitos em cuja composição entram moedas, peças de baixela, objectos

² Foi com esse desígnio que prospectámos igualmente o Cabeço das Lamas, situado a pouco mais de um quilómetro para norte. Uma vez mais, um matagal de acácias cerradíssimo e um solo coberto por uma espessa camada vegetal revelaram-se um sério obstáculo à nossa tarefa. Não conseguimos detectar qualquer sinal de ocupação antiga do local.

³ Ao Sr. António César Henrique, entretanto falecido, rendemos póstuma homenagem por ter, na altura, permitido a realização das fotografias das moedas.

⁴ Desejamos manifestar o nosso profundo reconhecimento à Dra. Ana Margarida Serra Ferreira pela excepcional colaboração prestada, sem a qual a realização deste trabalho não seria possível, bem como à Dra. Isabel Pereira que, tendo iniciado o estudo do tesouro, nos concedeu autorização para fazer a sua publicação. Estamos igualmente gratos ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, por nos ter autorizado a consulta do trabalho de Jorge Oliveira Fidalgo, realizado no âmbito da cadeira de Técnicas de Investigação Arqueológica.

⁵ A identificação só foi possível a partir da fotografia de conjunto apresentada no já referido trabalho de Fidalgo. As diligências desenvolvidas junto dos actuais proprietários para efectuar nova observação da peça revelavam-se, até ao momento, infrutíferas.

de adorno, lingotes, etc., sobretudo em prata, e cuja datação se situa no período que vai da segunda metade do séc. II a.C. a meados do séc. I a.C.

Na actual região centro-portuguesa esta associação encontra-se na maior parte dos tesouros com moedas até 100 a.C.: Fonte do Alvorge (Ruivo 1997 23, nº 1), Chão de Lamas (Alfaro Asins 1989 131-134), Olival da Soalheira do Barbanejo (Faria 1991-1992 87-92) e Penha Garcia (RRCH 191), torna-se mais escassa nos tesouros do período das guerras sertorianas: para além do achado do Coiço, vamos ainda encontrá-la nos depósitos de Santana da Carnota (Viegas e Parreira 1984 79-91) e do Castro de Romariz (Centeno 1976-1977 209-219), rareando nos achados posteriores. É mesmo bastante provável que alguns tesouros de que actualmente se conhecem apenas peças de baixela e/ou objectos de adorno incluíssem igualmente numerário, posteriormente separado do conjunto, situação que não será de estranhar se considerarmos que, em vários casos, pouco ou nada se sabe sobre as circunstâncias em que ocorreram os achados.

Os *torques* ditos *ibéricos* contam-se efectivamente entre os objectos de adorno mais frequentes nos entesouramentos do período republicano na Península (Bandera Romero 1996 645). O fragmento do Coiço, mau grado a impossibilidade de procedermos ao seu exame directo, parece apresentar características muito similares às de outras peças oriundas de depósitos do séc. II e de inícios do I a.C. recolhidos na Andaluzia e na Beira Baixa (Raddatz 1969 Karte 11). Embora se possam assinalar vários paralelismos, aquele que se nos afigura como mais imediato, sobretudo se atendermos às aparentes semelhanças verificadas ao nível da técnica utilizada no trabalho dos arames, é o que pode ser estabelecido com os *torques* do tesouro de Chão de Lamas (conc. Miranda do Corvo, distr. Coimbra) actualmente no Museu Arqueológico Nacional, em Madrid (Raddatz 1969 Taf. 89-90). Descoberto em 1913, este importante depósito era composto por vários objectos, entre os quais se destacam: dois vasos de prata, um dos quais com tampa, um *torques* completo e um fragmento de outro, ambos em prata, duas lúnulas de prata e 6 denários romanos e 1 ibérico (*ikalesken*), na sua maior parte partidos intencionalmente (Raddatz 1969 276, nº 4-5, Taf. 89,2 e 90,2). O denário mais recente deste conjunto é de 101 a.C. (RRC 324/1), podendo o tesouro ter sido ocultado entre 100 e 93 a.C. ou mesmo depois, atendendo à fragmentação e à má conservação dos numismas que o compõem e que chegam inclusive a sugerir a sua desmonetização (Alfaro Asins 1989 131-134)⁶.

⁶ Parece claro que, na perspectiva do aforrador, o valor legal das moedas seria nulo. A acumulação fez-se com base no valor intrínseco do metal. Esta situação encontra eco no testemunho de Estrabão (*Geografia* III, 3. 7), ao afirmar que o uso de pedaços de prata cortados nas transacções era uma prática comum entre vários povos do Norte da Hispânia. Outro exemplo igualmente sugestivo desta circunstância é constituído pelo recém-descoberto tesouro de Montedor, Viana do Castelo (Centeno 1999 135-138), composto por 38 denários romanos e ibéricos, marcados ou partidos intencionalmente, e por 113 peças de formas e dimensões variadas, muitas delas em estado declaradamente fragmentário.

Do ponto de vista tipológico, o *torques* do Coiço é enquadrável no terceiro dos grupos definidos por Bandera Romero (1996 647-648) para os torques recolhidos nos entesouramentos do sul da Hispânia, que se caracterizam pelo facto de serem realizados com dois ou mais arames enrolados em espiral, decrescendo o seu diâmetro à medida que se aproximam das extremidades, onde se fundem num só, sendo o terminal rematado geralmente por olhal.

A inclusão deste tipo de objecto no conjunto e o facto de, ao tempo da ocultação, o recurso à moeda como forma de pagamento não fazer parte do quotidiano das populações indígenas do oeste hispânico, coloca-nos perante a possibilidade de a formação do tesouro ter ocorrido numa área distante do local onde foi ocultado e perdido definitivamente, talvez nas regiões do Sul da Península. Sobre a origem do seu possuidor nada podemos adiantar. Certo é que, indígena ou romano, circunstâncias excepcionais tê-lo-ão forçado a enterrar o seu pecúlio e, por uma daquelas vicissitudes em que a vida tantas vezes é fértil (morte, captura, abandono precipitado do local ou pura e simplesmente por esquecimento do sítio exacto da ocultação) nunca mais lhe foi possível reavê-lo.

Questão que permanece igualmente em aberto é a de sabermos qual o número total de moedas que inicialmente integravam o depósito do Coiço, sendo legítimo presumir-se que as vinte unidades entregues pelos trabalhadores ao proprietário do terreno e que são objecto desta notícia possam não corresponder à totalidade das moedas recolhidas na altura. Não chegou igualmente até nós qualquer referência ao contentor em que este conjunto terá sido depositado, pelo que é de admitir que, a existir, este encontrar-se-ia tão destruído que não chamou a atenção dos achadores ou, então, o mesmo seria em material perecível, provavelmente uma pequena bolsa em tecido ou em couro.

Das moedas analisadas, a mais antiga pertence à emissão de *Nat* (RRC 200/1), datada de 155 a.C., enquanto a mais recente é atribuível à emissão hispânica de *C. Annius T.f.T.n Pro. Cos* (RRC 366/3c), de 82-81 a.C. Tomando como referência a cronologia deste último exemplar e atendendo ao desgaste pouco significativo aparentemente revelado pelas unidades mais recentes do depósito, fomos levados, em trabalhos anteriores, a avançar a hipótese de a ocultação deste tesouro ter ocorrido no decurso das guerras sertorianas (Ruivo 1997 91, n. 72; 1997a 91-100)⁷, à semelhança do parece ter acontecido com vários outros tesouros oriundos da fachada litoral a norte do Tejo, como é o caso dos tesouros de Santana da Carnota (Viegas e Parreira 1984 79-91), região de Santarém (Barbosa 1995 239-244), Chões de Alpompe (Ruivo 1999 102-104 e 106-107), Charneca (Vasconcellos 1909 58), região de Torres Novas (Vasconcellos 1909 58), Columbeira (Hipólito 1960-

⁷ Sobre os tesouros sertorianos na Hispânia, cfr. os trabalhos de Amela Valverde 1990 19-24; Villaronga 1993 47-54 e 81-85, mapa 6; Blázquez 1987-1988 123-129.

1961 75-77, nº 105), Vila Nova (Ruivo 1997 23-24, nº 2), Cabeça da Corte (Hipólito 1960-1961 62, nº 87; RRCH 300) e Castro de Romariz (Centeno 1976-1977 209-219).

Em trabalho recente, Jorge de Alarcão dividiu os tesouros da época sertoriana em dois grupos: o dos tesouros com moedas de 85-80 a.C. e o dos tesouros com moedas até 74 a.C., tendo incluído o achado do Coiço no primeiro grupo (Alarcão 1999 4). Este investigador, analisando a problemática dos tesouros sertorianos à luz da interpretação das fontes históricas e arqueológicas, coloca duas hipóteses para a não recuperação dos tesouros com moedas de 85-80 a.C.: na primeira, estes tesouros seriam consequência das campanhas supostamente efectuadas por Metelo na fachada atlântica a norte do Tejo nos anos 79 e 78 a.C. (Alarcão 1999 4); na segunda, em lugar de testemunharem a presença de Metelo a norte do Tejo, estes tesouros corresponderiam antes ao produto de saques efectuados por tropas de Sertório a sul daquele rio (Alarcão 1999 5).

Pelo que nos diz respeito, julgamos que apenas a primeira hipótese sugerida por Alarcão para justificar a ocultação dos tesouros com moedas até 80 a.C. se afigura coerente. Defender que estas ocultações seriam o resultado das investidas das tropas de Sertório ao Alentejo e à Bética não faz grande sentido, quanto mais não seja porque todos os depósitos até agora conhecidos surgem a norte do Tejo e não a sul, como em tais circunstâncias seria de esperar. A tese defendida por García Morá (1991 73-104), segundo a qual durante o ano 79 a.C. Metelo terá atacado as posições de Sertório a norte do Tejo continua a parecer-nos como a mais correcta. Neste contexto seria importante clarificar, por exemplo, o papel desempenhado por um sítio aparentemente tão importante quanto os Chões de Alpompé (Santarém), cujo abandono parece situar-se neste período (Ruivo 1999 106).

Admitindo, todavia, a possibilidade de o depósito poder integrar, originalmente, unidades mais recentes, não deverá ser completamente afastada a hipótese de a ocultação ter ocorrido na fase final das guerras sertorianas (74-72 a.C.) ou mesmo após o termo destas, nomeadamente durante a pretura de César (61-60 a.C.). De acordo com as fontes antigas, César promoveu naquela data uma série de campanhas contra as populações que viviam no *mons Herminius* (Dião Cássio, 37, 52-55), área geográfica que é susceptível de corresponder ao maciço montanhoso da Beira interior (Alarcão 1988 42). Talvez seja possível situar nesta conjuntura a deposição dos tesouros da Moita, Anadia (Hipólito 1960-1961 50-51, nº 62) e de S. Romão, Seia (Alarcão 1993 15; Barbosa 1999 299-304), cujos exemplares mais recentes conhecidos datam de 67 a.C. Talvez ainda deste período ou dos anos imediatos que se seguiram às campanhas cesarinas parece datar a fundação da fortificação da Lomba do Canho, Arganil. É bem possível que a presença deste estabelecimento, que dista em linha recta do Coiço cerca de 20 km, esteja intimamente ligada à exploração dos recursos mineiros da região (Fabião 1989 48-50). Aliás, não nos repugna deixar no ar a hipótese de a ocultação do Cabeço da Mogueira ter como pano de fundo aquela actividade, mesmo se enquadrada noutra horizonte cronológico.

Independentemente de todas as conjecturas que a este respeito possam ser tecidas, quer-nos parecer que esta problemática ainda está bastante longe de se encontrar

resolvida. Não apenas porque as fontes escritas para este período são manifestamente insuficientes como, do ponto de vista arqueológico, as evidências são até agora muito pouco significativas, considerando o estado incipiente dos nossos conhecimentos no que toca a aspectos tão relevantes como as estruturas do povoamento da região a norte do Tejo nos finais da Idade do Ferro ou a estratégia e as circunstâncias da conquista romana.

ANEXO I – CATÁLOGO

Nº	Autoridade emissora	Centro emissor	Cronologia	Marca de controlo	Referência
1	Nat	Roma	155 a.C.		RRC 200/1
2	Anónimo (cabeça de elefante)	Roma	128 a.C.		RRC 262/1
3	C. Cassi	Roma	126 a.C.		RRC 266/1
4	Q. Fabi Labeo	Roma	124 a.C.		RRC 273/1
5	C. Cato	Roma	123 a.C.		RRC 274/1
6-7	M. Fan C.f	Roma	123 a.C.		RRC 275/1
8	M. Sergi Silus Q.	Roma	116-115 a.C.		RRC 286/1
9	M. Cipi M.f	Roma	115-114 a.C.		RRC 289/1
10	C. Pulcher	Roma	110-109 a.C.		RRC 300/1
11	L. Flamini Cilo	Roma	109-108 a.C.		RRC 300/2
12	L. Senti C.f	Roma	101 a.C.	V	RRC 325/1b
13	P. Servili M.f Rulli	Roma	100 a.C.		RRC 328/1
14	D. Silanus L.f	Roma	91 a.C.	R	RRC 337/3
15	L. Tituri Sabin	Roma	89 a.C.		RRC 344/2
16-17	Gar, Ogul. Ver ^b	Roma	86 a.C.		RRC 350/A2
18	L. Iuli Bursio	Roma	85 a.C. R/MA	A/pássaro ⁹	RRC 352/1c
19	C. Norbanus	Roma	83 a.C.	IXXXXV	RRC 357/1b
20	C. Annius T.f T.n Pro. Cos	Hispania	82-81 a.C.	S	RRC 366/3c

⁸ O exemplar nº 16 é forrado. A interpretação mais corrente consiste em considerar que as moedas forradas são falsificações (Crawford 1968 55-59). Sendo extremamente raras em tesouros, apenas se poderá explicar a existência desta peça no conjunto pelo facto de o seu proprietário não se ter apercebido do defeito.

⁹ Marca muito semelhante a SNR/ta 2256, que o autor admite ser uma pomba.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988). «Os Montes Hermínios e os Lusitanos», *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. 2, Lisboa, pp. 41-48.
- ALARCÃO, J. (1993). *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas.
- ALARCÃO, J. (1999). «O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 1-8.
- ALFARO ASINS, C. (1989). «Los denarios del tesoro de Chão de Lamas», *Gaceta Numismática*, 94-95, pp. 131-134.
- AMELA VALVERDE, L. (1990). «La circulación monetária romano-republicana durante la guerra sertoriana según las ocultaciones de la época (82-72 a.C.)», *Gaceta Numismática*, 97-98, pp. 19-30.
- BANDERA ROMERO, M. L. (1996). «Objectos de prata que acompanham a las tesaurizaciones», in TRISTÁN, F., *Los tesoros en el Sur de Hispania. Conjuntos de denarios y objetos de plata durante los siglos II y I a C.*, Sevilha, pp. 601-694.
- BARBOSA, M. B. (1995). «Um tesouro sertoriano da região de Santarém», in *La Moneda Hispánica. Ciudad y Territorio. I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua* (Madrid, 7-10 Novembro 1994), Anejos de *AEspA*. XIV, Madrid, pp. 239-244.
- BARBOSA, M. B. C. S. G (1999). «Tesouros sertorianos aparecidos em território português», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 299-304.
- BLÁZQUEZ, C. (1987-1988). «Tesorillos de moneda republicana en la Península Ibérica. Addenda a Roman Republican Coin Hoards», *Acta Numismatica*, 17-18, pp. 105-142.
- CENTENO, R.M.S. (1976-1977). «O tesouro monetário de Romariz (Portugal)», *Sautuola*, II, pp. 209-219.
- CENTENO, R.M.S. (1999). «Notas sobre o início da circulação da moeda no Noroeste Peninsular: os denários do tesouro de Montedor (Portugal)», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rutas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), Anexos de *AespA*, XX, pp. 135-138.
- CRAWFORD, M. H. (1968). «Plated coins - false coins», *NC*, 7^a s., VIII, pp. 55-59.
- FABIÃO, C. (1989), *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Lisboa.
- FARIA, A. M. (1991-1992). «Três tesouros monetários romanos da época republicana», *Nimmus*, 2^a s., XIV-XV, pp. 79-94.
- FIDALGO, J. O. (1991), *Levantamento arqueológico do concelho de Penacova*, Coimbra, Instituto de Arqueologia (trabalho escolar).
- GARCÍA MORÁ, F. (1991). *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio. Planteamientos iniciales*, Granada.

HIPÓLITO, M.C. (1960-1961), «Dos tesouros de moedas romanas em Portugal», *Conimbriga*, II-III, pp. 1-166.

RADDATZ, K. (1969), *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel vom Ende des Dritten bis zur Mitte des Ersten Jahrhunderts vor Chr: Geb. Untersuchungen zur hispanischen Toreutik*, Madrider Forschungen-Band 5. Berlin.

RRC = CRAWFORD, M. H. (1974), *Roman Republican Coinage*, Cambridge, 2 vols.

RRCH = CRAWFORD, M. H. (1969), *Roman Republican Coin Hoards*, Londres.

RUIVO, J. S. (1997), *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do século III*, *Anexos Nummus*. nº5. Porto.

RUIVO, J. S. (1997a), «O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários», *AEspA*, 70, pp. 91-100.

RUIVO, J. (1999), «Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém)», in CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), *Rttas, ciudades y moneda en Hispania* (Actas del II Congreso Peninsular de Numismática Antigua – Porto, Março de 1997), *Anexos de AespA*, XX, pp. 101-110.

SNRIta = MARTINI, R. (1996), *Sylloge Nummorum Romanorum Italia. Milano. Civiche Raccolte Numismatiche. Res Publica Parte IV (CRA, 345/1-479/1)*, Milão.

VASCONCELLOS, J. L. (1909), «Achados de moedas romanas da Republica», *AP*, XIV, pp. 58-59.

VIEGAS, J.R. e PARREIRA, R. (1984), «Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)», *MM*, 25, pp. 79-91.

VILLARONGA, L. (1993), *Tresors monetaris de la Península Ibèrica anteriors a August: repertori i anàlisi*. Barcelona.

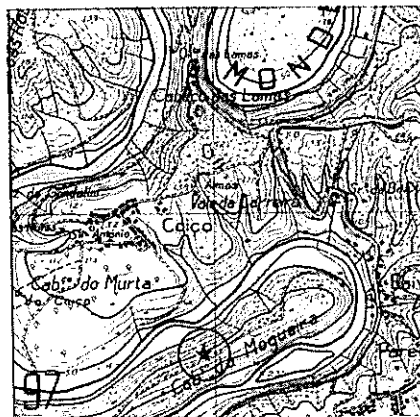
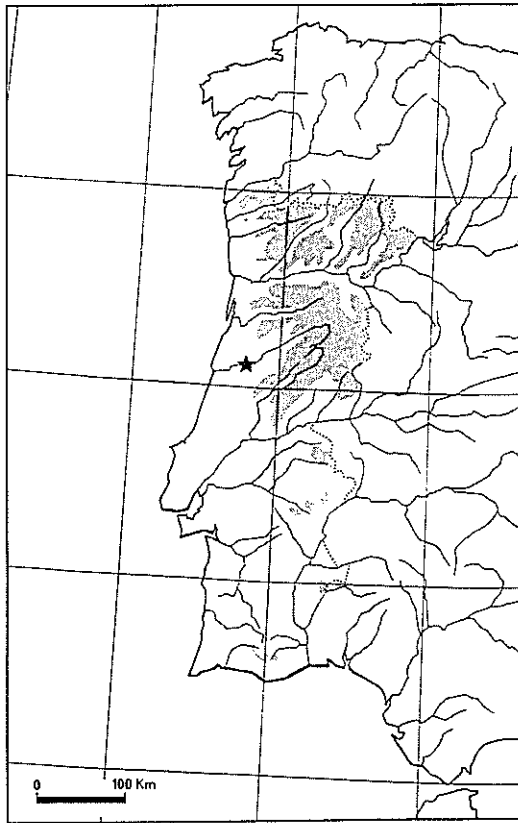


Fig.1



1

2

3



4

5

6



7

8

9





10



11



12



13



14



15



16



17



18





19



20

